

PROJETO SANTIAGO UNE

SANT'IAGO

OS CAMINHOS DO PATRIMÓNIO

JORNADAS CULTURAIS

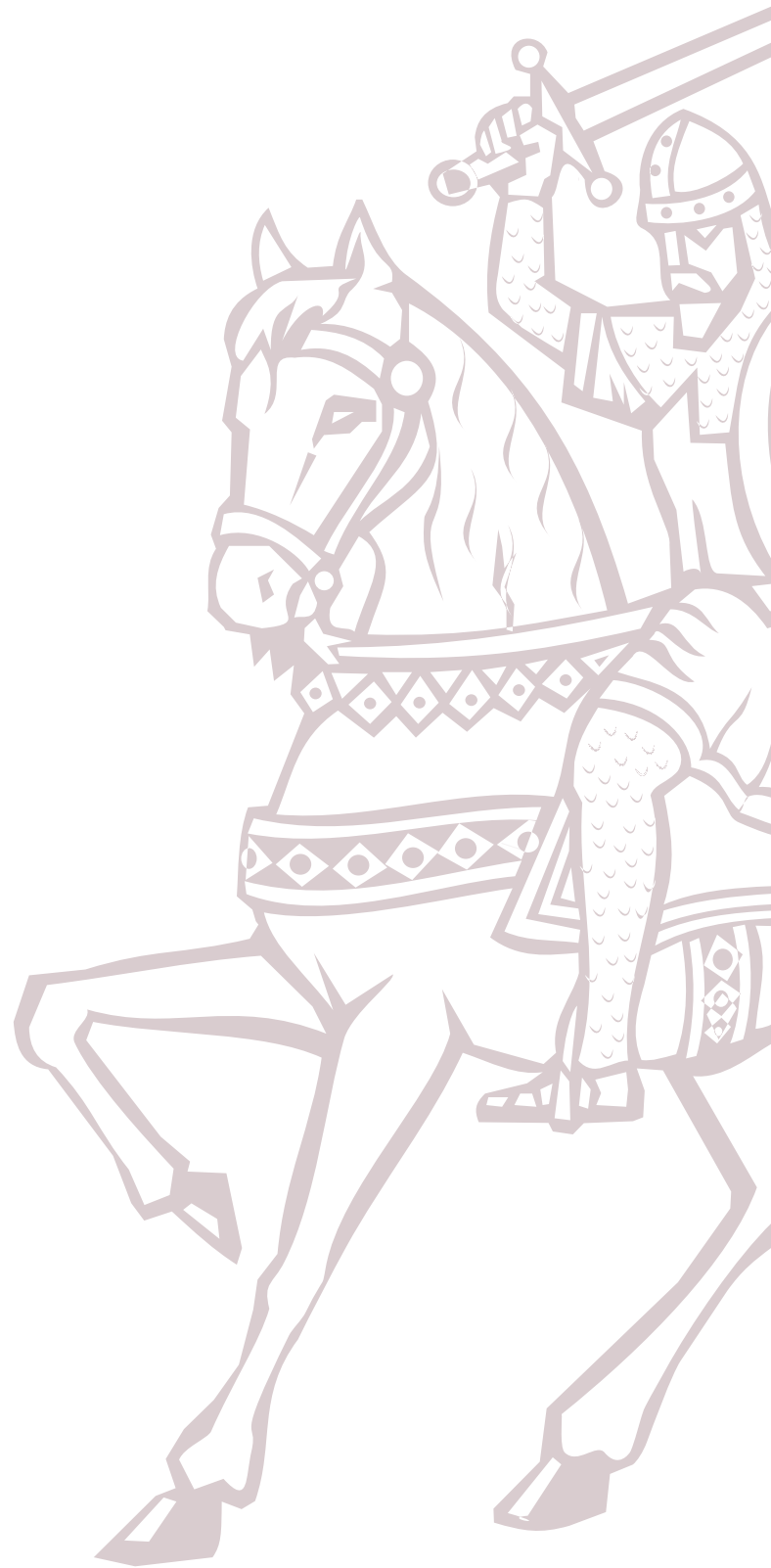
CENTROS HISTÓRICOS E CAMINHOS DE SANTIAGO

MIRÓBRIGA E PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ATAS DO ENCONTRO

SANTIAGO DO CACÉM | SANTIAGO DE COMPOSTELA | CÓRDOVA





Jornadas Culturais

SANT'IAGO, OS CAMINHOS DO PATRIMÓNIO

30 junho, 1 e 2 julho 2010

Organização

Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Apoios e colaboração

IGESPAR | ICNB | Education and Culture DG "Europe for Citizens" Programme | Citizenship | Education Audiovisual & Culture Executive Agency | Santiago Une

Agradecimentos

Moderadores: Prof. Doutor Arlindo Magalhães e Prof. Doutor José d'Encarnação.

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém agradece ainda a todos os participantes e oradores, assim como a todas as pessoas e entidades que tornaram possível a realização destas Jornadas.

Jornadas Culturais

SANT'IAGO, OS CAMINHOS DO PATRIMÓNIO

Edição das atas

Edição

Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Conceção e pré-maquetagem

Câmara Municipal de Santiago do Cacém/DC

Design gráfico e paginação

Câmara Municipal de Santiago do Cacém/DC

ISBN

978-989-97500-1-2

1 JULHO 2010
AUDITÓRIO MUNICIPAL ANTÓNIO CHAINHO

Participantes

Primeira Mesa: *CENTROS HISTÓRICOS E CAMINHOS DE SANTIAGO*

Moderador: Prof. Doutor Arlindo Magalhães – Faculdade de Teologia da Universidade Católica do Porto

Oradores:

- Dr. Rui Parreira – Técnico da Direção Regional de Cultura do Algarve
- Arq. Javier Fernández Muñoz – Chefe de Departamento do Centro Histórico, Ayuntamiento de Santiago de Compostela
- Arq.^a Adeline Rucquoi – Directeur de Recherches E.N.R.S.
 - Prof. Doutor José António Falcão – Diretor do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja

Segunda Mesa: *MIRÓBRIGA E PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO*

Moderador: Prof. Doutor José d'Encarnação – Universidade de Coimbra

Oradores:

- Prof. Doutor Vasco Mantas – Universidade de Coimbra
- Dr. José Carlos Quaresma – Investigador da UNIARQ (Bolsa Pós-Doutoramento)
- Dra. Filomena Barata – Assessora do Instituto dos Museus e da Conservação
- Dr. Juan Murillo – Arqueólogo do Ayuntamiento de Córdoba



DOS PATRIMÓNIOS EM SANTIAGO DO CACÉM

DOS PATRIMÓNIOS EM SANTIAGO DO CACÉM

José d'Encarnação
CEAUCP – Universidade de Coimbra

Tive ensejo de moderar a sessão de trabalho subordinada ao tema «Miróbriga e património arqueológico» que, a 1 de julho de 2010, integrou as Jornadas Culturais Sant'Iago – *Os Caminhos do Património*, realizadas pelo município de Santiago do Cacém, no quadro do programa internacional Santiago Une.

Nesse fórum, Vasco Mantas voltou a referir-se ao papel desempenhado pelo comércio marítimo nesta zona ocidental do Império Romano; José Carlos Quaresma analisou a génese, a evolução e o abandono de uma cidade romana, *Mirobriga*; Filomena Barata, que muito se empenhou, nos últimos anos, para valorizar os vestígios dessa mesma cidade, traçou uma panorâmica precisamente dessa atividade nos anos 90.¹ Para trazer um outro exemplo de estudo e preservação de ruínas semelhantes, Juan Murillo, arqueólogo do Ayuntamiento de Córdoba, disse-nos do que ali se lograra fazer.

Foi o momento de, nessas jornadas, se dedicar especial atenção à Arqueologia no que ela, afinal, tem para nos dizer como elos, que somos, de uma milenar cadeia que importa não quebrar.

Esse, aliás, o fim último de jornadas que, cada vez mais, têm os patrimónios como objecto de reflexão, na busca necessária de uma identidade que se não quer perder. E, nesse desiderato, desempenham papel imprescindível as autarquias, mais do que os governos centrais autocráticos, encerrados, como eles estão, nas torres de marfim do seu contentamento...

O programa das jornadas visou, pois, perspetivar um oportuno olhar sobre os patrimónios de Santiago do Cacém – e seja-me permitido, por isso mesmo, tecer sobre eles algumas considerações.

a) Do património religioso

Revive-se, por toda a parte, a tradição do Caminho de Santiago. Estudam-se as rotas por onde, desde os alvares da Idade Média, os peregrinos demandavam a cidade galega que, reza a tradição, guarda o túmulo do Apóstolo. Compreendeu-se que, para além da busca de mais um sentido para a vida íntima de cada um, no cumprimento de uma promessa, no reforço do vínculo entre o Humano e o Divino, se poderiam proporcionar outros olhares, suscetíveis de mostrar belezas ignoradas.²

E se, por exemplo, nos arredores de Bordéus, na França do Sudoeste, hoje se procura dar vida a uma hospedaria do século XVI e aí se colocou estátua em honra do peregrino (**Fig. 1**), em Tudela, no coração da Navarra espanhola, a vieira, símbolo dessa peregrinação, está bem luzidia no empedrado das ruas da cidade... (**Fig. 2**).

¹ Detém Filomena Barata o blogue <http://mirobrigaeoalentejo.blogspot.com/> onde vai atualizando informações acerca deste sítio arqueológico.

² Recordo esse título de um livro que fez o encanto da minha juventude: Dr. Thiamér Toth, *Belezas Ignoradas*, Coimbra Editora, 21958.

Ninguém diria, aqui há uns anos atrás, que os vínculos religiosos – palpáveis somente nas peregrinações a Meca, a Jerusalém, a Roma ou à mais próxima Cova da Iria... – poderiam determinar percursos e recursos onde a crença fosse encarada também como património, neste caso, imaterial: uma consciencialização recente. Santiago do Cacém, pelo seu nome, pelas suas características, pelas suas tradições, integrou-se, por conseguinte, e muito bem, como elo dessa cadeia.

b) Do património paisagístico

No dia 2, retomou-se a ligação ao mar a que atrás se aludia. Mar como fonte de riqueza, pelas espécies piscícolas que alimenta e nos alimentam (saboroso e tradicional o ensopado de enguias...), mas sobretudo pela beleza que dele dimana, tanto mais que ali harmoniosamente se casa com as lagoas de Santo André (Fig. 3) e da Sancha, hoje reservas naturais, de que o Centro de Interpretação Monte do Paio constitui coração irradiante de vida.

«Onde o céu se espalha e o verde domina» é o título do opúsculo editado, em 2007, pela ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, com texto de Joana Jordão e eloquentes fotos de João Carlos Farinha. Faz-se o enquadramento da reserva no território; explica-se o que foi no passado, mormente o passado geológico e, depois de um olhar sobre alguns dos 'sítios arqueológicos' por aí identificados e os 'costumes ancestrais' das suas gentes, explica-se porque houve essa ideia de proteger a fauna, a flora e tudo o que, nesse contexto natural, importava manter para fomentar a biodiversidade, para incitar à contemplação...

E eis-nos regressados, parece, ao mundo medievo – que «contemplação» é palavra de cariz conventual, de monge embrenhado em meditação transcendente, no sossego da sua cela ou em comunhão com o ambiente derredor. Isso, aliás, o que se pretende: que as pessoas venham, pé ante pé, dir-se-ia, para ouvir o sussurrar do vento nos caniçais; para, nas dunas, apreciarem a singular elegância da *armeria rouyana*, tufo alegre donde se erguem longos pecíolos a mostrar brancas corolas, ou os matos de Marcetão, orgulhosamente salpicados da sua *Santolina impressa*... E as aves, felizes nessa simbiose entre a terra e o mar: a garça-vermelha, o pato-de-bico-vermelho, o galeirão-comum... e todos os seus rituais de canto, de acasalamento, de nidificação... Hoje estão aqui; amanhã, seguindo os seus ritmos, partirão em demanda doutras paragens e quiçá regressarão meses passados, com histórias longas de contar!...

Contemplamos – sem relógios. Convidamos a contemplar. E sentimo-nos melhores, longe do metálico corrupto quotidiano.

c) Do património edificado

Do Hotel Caminhos de Santiago – sábia conjugação de duas intenções, a da recuperação e restauro da antiga Pousada de Santiago (a segunda mais antiga de Portugal), e a da construção de um edifício contemporâneo, magnificamente integrado na paisagem, saído da inteligente capacidade do arquiteto Francisco Aires Mateus – também ele, portanto, um património a apreciar, a vista se alarga por sobre o casario que harmoniosamente se estende até à colina fronteira, do castelo...

É o centro histórico, que foi, de resto, visitado, em jeito de aperitivo, logo no início das Jornadas, por cuja manutenção identitária o Município tem indefetivelmente pugnado e para cuja autenticidade – neste caso e nos dos centros históricos em geral – Rui Parreira chamou a atenção na intervenção que fez no âmbito do tema «Centros históricos e caminhos de Santiago».

Património edificado eram, até há pouco, apenas as fortalezas, as igrejas e conventos, os palácios senhoriais... Hoje, porém, sabe-se que esse era um mundo excecional, de vivências outras, alheias ao pulsar do povo anónimo, este, afinal, o verdadeiro motor da História. Em Coimbra, Luísa Trindade ousou fazer uma investigação histórica sobre a «casa urbana»,³ na sequência dos levantamentos levados a efeito pelas equipas de Etnografia – de que Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Enes Pereira e Fernando Galhano são nomes a reter – da casa tradicional portuguesa, de Norte a Sul do país e, nessa altura, também pelos territórios ultramarinos.⁴ Salientava-se, de modo especial, a excelente adaptação da habitação ao clima e à paisagem, na sábia utilização dos materiais locais.

E esse movimento internacional de proteção da fisionomia urbana, através da preservação de fachadas e, até, da inteligente adaptação dos interiores está bem vivo e atuante em Santiago do Cacém, o que é de muito louvar.⁵

³ Luísa Trindade, *A Casa Urbana em Coimbra – Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

⁴ Vejam-se, a título de exemplo: José Norberto [coord.], *Arquitetura Popular em Portugal*, Lisboa, 31988, Associação dos Arquitetos Portugueses. I vol.: zonas 1 (Minho) e 2 (Trás-os-Montes); II vol.: zonas 3 (Beiras) e 4 (Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral); vol. III: zonas 5 (Alentejo) e 6 (Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral); Martins Barata, *Arquitetura Popular Portuguesa*, Correios e Telecomunicações de Portugal, Lisboa, novembro 1989. ISBN: 972-9127-03-4. A bibliografia de Ernesto Veiga de Oliveira sobre habitação está disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/arqevo/textospa/html/evo/evobiobi.htm> (números 13 a 36).

⁵ Em Bordéus, chamam-se *échoppes* as casas térreas típicas da cidade. Estão inventariadas cerca de 6000 e são objeto de proteção.

d) Património etnográfico

Há usos e costumes que importa manter, não por mero espírito de conservadorismo atávico, mas porque correspondem a tradições arreigadas e, por isso mesmo, prenes de uma sabedoria popular a que, seguramente, em breve teremos de voltar a recorrer, esgotados os recursos artificiais do consumismo imperante.

E também nesse aspeto o Município de Santiago do Cacém soube levar a palma a muitos outros. Assim, tendo mandado proceder, por exemplo, à identificação dos moinhos existentes no seu termo, concluiu-se pela existência de cerca de 70 (50 de vento e 20 de água), de cinco tipologias diferentes, a sua maioria em perigo de sobrevivência. Por tal motivo, a Câmara adquiriu e recuperou o moinho de vento da Quintinha, situado nas Cumeadas, integrado na cintura moageira pré-industrial da cidade, «um moinho de alvenaria, de torre troncocónica e capelo giratório acionado por um sistema de sarilho». Numa informação divulgada a 7 de abril deste ano de 2010, explicita-se:

«Desde 1982 que a autarquia o tem a funcionar. Sempre que as condições climatéricas permitem, os visitantes podem observar o processo de moagem tradicional dos cereais, da qual se encarrega um antigo moleiro (**Fig. 4**).

O grão moído pertence a pessoas que habitam na zona rural e que ainda mantêm a tradição de ir ao moinho moer os seus cereais, utilizando a farinha para fazer pão caseiro, as papas de milho e para a alimentação de alguns animais domésticos.

O pagamento pela prestação deste serviço continua a ser, tal como há séculos, consoante a quantidade de grão trazida pelo cliente.»

E a autarquia foi mais além, preocupando-se com a formação: «O Moinho da Quintinha é, neste início de século, o único exemplo em Portugal do princípio de uma escola de molinologia.»

De realçar igualmente o que se tem feito no quadro da manutenção de outros ofícios tradicionais. Assim, mais de 50 artesãos do concelho de Santiago mostraram o trabalho que desenvolvem, numa exposição organizada, de 30 de março até 3 de maio deste ano também, no Centro de Artes Tradicionais de Évora/Celeiro Comum: trapologia, cestaria, cerâmica, olaria, latoaria, rendas, bordados, tapeçaria, artigos em pele e couro, peças em madeira e cortiça...

Aliás, já em março/abril de 2009, a autarquia apoiara a exposição de artigos feitos pelo “Parrança”, alcunha por que é conhecido António Batista (**Fig. 5**), com oficina de latoeiro no centro histórico da cidade. Aí estiveram patentes, como forma de divulgar essa atividade ímpar, todo o tipo de objetos e utensílios em chapa zincada, alumínio ou inox: baldes, regadores, cântaros, bebedouros para animais...

Obra meritória, portanto.

Mais meritória é, no entanto, a adaptação do antigo quartel da Guarda Nacional Republicana, em Abela, a Museu do Trabalho Rural. Aberto a 1 de maio de 2008, este pólo museológico visa «transmitir conhecimentos de uma sociedade rural, pertencente ao passado, mas ainda suficientemente próxima para ser espaço de partilha de memórias e de referência identificada que une e identifica diferentes gerações». A primeira exposição centrou-se na alfaia agrícola tradicional, como instrumento de “memória e identidade” e forma, também, de incitar a população a entregar ali, como depósito ou por cedência, as alfaias que estivessem lá por casa, sem préstimo e ao abandono, as fotografias antigas... – para que o espaço fosse sentido como próprio dos seus vizinhos. A segunda visou dar a conhecer o ciclo dos cereais e a sua oportunidade pode ajuizar-se do facto de, numa das visitas guiadas, à pergunta «os meninos sabem o que são cereais, não sabem?», a resposta ter sido unânime: «Sim, comemos todos os dias ao pequeno-almoço!». Distinguir o grão de trigo do da cevada ou do milho, saber para que serve uma enxada ou apreciar o trabalhado de uma canga de bois (**Fig. 6**)... tudo formas de manter a identidade, de corporizar raízes...

e) Património arqueológico

Não poderia faltar uma palavra sobre a cidade romana de *Mirobriga*.

Não há, como se sabe, provas concretas acerca da designação que esse aglomerado teve durante a época romana, porque uma das inscrições que se refere a um *mirobrigenis celticus* pode ainda suscitar algumas dúvidas, pois é raro alguém se identificar como natural de uma cidade onde... a quase totalidade dos defuntos memorados será daí natural! Vamos, pois, aguardar outros dados, ainda que se não veja inconveniente em como tal se identificar o – isso, sim, fora de dúvida – importante núcleo urbano de que de há muito se tem memória.⁶

A exposição «Miróbriga, o Tempo ao longo do Tempo», patente no Centro Interpretativo do sítio e cujo catálogo foi lançado no decorrer das Jornadas,⁷ é prova mais do que evidente da relevância que detêm, mesmo a nível internacional, os vestígios que os arqueólogos, ao longo de várias campanhas de sistemática intervenção, foram pondo a descoberto.

Do ponto de vista arquitetónico, dois edifícios são assaz significativos em Miróbriga: as termas, pelo seu estado de conservação e pela sua inteligente localização sobre uma linha de água; e o hipódromo, sito nas proximidades, ainda por explorar, mas que uma fotografia a infravermelhos cabalmente identificou (**Fig. 7**).

⁶ O Professor Jorge de Alarcão retomou essa problemática do nome da cidade, comentando a minha interpretação da inscrição dedicada a Aureliano e optando pela hipótese de continuarmos a pensar numa *Mirobriga Celtica*: «Cremos que as ruínas de Santiago de Cacém se devem, efetivamente, identificar com a *Mirobriga Celtica* de Plínio. Pretendemos, nesta nota, reforçar a ideia». Vide: Jorge de Alarcão, «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº 1, 2008, p. 103-121 (nas p. 103-107). A sua argumentação, no entanto, baseia-se também em hipóteses interpretativas de difícil confirmação, enquanto outros elementos se não encontrarem.

⁷ Intitulado *Miróbriga, o Tempo ao longo do Tempo – História e Historiografia – Investigação em Miróbriga*, teve coordenação geral de Gentil Cesário e Rui Fragoso (ambos do Gabinete de Reabilitação Urbana e Património da Câmara), ISBN: 978-972.99051-7-9. Profusamente ilustrado, é síntese de fácil leitura, que reúne – e este é um aspeto a relevar – informação da bibliografia fundamental sobre o sítio. Recorde-se que, a 4 de outubro de 2008, foi apresentado o livro *Moedas Romanas do Museu Municipal de Santiago do Cacém*, da autoria de Isabel Pereira e Teófilo Silva (Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2007), que realça o significativo contributo que a Numismática dá para o conhecimento da vida económica e política da cidade. Pode também ver-se, a esse propósito, o prefácio que para ele redigi e que viria a ser incluído no livrinho *Paisagens da Antiguidade*, Apenas Livros, Lisboa, maio de 2009, p. 38-44.

Depois do hipódromo de Balsa, cujas estruturas, ainda não postas a descoberto, Luís Fraga da Silva considera identificáveis no terreno⁸ e de cuja existência se sabe por se conhecerem duas inscrições que expressamente referem a contribuição de dois beneméritos locais, Lúcio Cássio Célere e Gaio Licínio Bádio, para a construção do respetivo pódio numa extensão de cem pés (cada um);⁹ depois da descoberta, bastante recente,¹⁰ de restos do hipódromo de *Olisipo* – o hipódromo de Miróbriga vai certamente merecer o maior interesse, até para sublinhar a grande tradição hípica desta zona ocidental da Lusitânia que, vinda até aos nossos dias, remonta aos tempos romanos.¹¹

No âmbito das inscrições, é, sem dúvida, o grande altar com dedicatória a Esculápio, mandada lavar por um *medicus Pacensis*, que deixa em testamento à *splendidissimus ordo* – seguramente, o conselho que administrativamente superintendia aos destinos da cidade – uma determinada quantia para que se mantenham os festejos em honra da divindade, aquele que se tornou mais conhecido, pelo inusitado da informação que veicula, e que mais comentado tem sido.¹²

Há, porém, um outro texto,¹³ exarado em pedestal (**Fig. 8**) que se mantém no chamado «foro» da cidade, que merece aqui nova atenção, pelo que pode representar de consagrado cosmopolitismo.

Na verdade, o pedestal, destinado a ser colocado em lugar público – e carecendo, portanto, para esse efeito, de autorização do 'conselho municipal' (passe a expressão), ou, caso fosse mesmo município, da *ordo decurionum*, a «ordem dos decuriões» – consagra a homenagem de Marco Castrício Lucanião e Gaio Valério Paezão a um «ótimo amigo» comum, Gaio Ágrio Rufo, filho de Silão, *adlectus Italicensis*.

A primeira questão que se põe é a de se saber se os três personagens serão naturais daqui. O mais lógico é que o sejam, tanto mais que há outros testemunhos das *gentes Valeria* e *Castricia*. Se, porém, os *Valerii* abundam pelo território lusitano, mormente em *Emerita Augusta*,¹⁴ da família *Castricia*, para além dos três exemplos de Santiago, temos, no que à Lusitânia diz respeito, um exemplo que reconstituí com bastante verosimilhança (a meu ver) em Évora e um outro em Mérida (o. c., mapa 81); na Península Ibérica, sabemos que *Lucius Castricius Honoratus* foi um primipilus homenageado pelos *scaphari* (armadores) de *Romula* (cidade fluvial

⁸ Luís Fraga da Silva, *Balsa, Cidade Perdida?* Campo Arqueológico e Câmara Municipal de Tavira, maio de 2007, p. 102.

⁹ Vide: José d'Encarnação, «Quão importantes eram as gentes!...», *Tavira – Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2003, p. 95-104.

¹⁰ Vide: Ana Pereira do Vale e Vítor Manuel Santos, «Breves notas sobre o circo romano de Olisipo» *Património Estudos: Intervenções*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, nº 4, 2003, p. 206-213.

¹¹ Cfr. o texto de Alicia Canto, em que, a propósito da informação de que as éguas da Lusitânia, célebres pela sua velocidade, eram fecundadas pelo Vento, apresenta extensa bibliografia sobre esta temática: «Un "mito" homérico en Ibéria: Zephyrus y las yeguas de Olisipo. Nuevos textos y ensayo de explicación desde la Genómica», in Jean-Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate e António Carvalho [edit.], *A Lusitânia Romana entre o Mito e a Realidade* (Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana), Câmara Municipal de Cascais, 2009, p. 165-218.

¹² Uma das mais recentes referências – com bibliografia atualizada – vem na p. 128 do artigo, de Vasco Gil Mantas, «Na mira da perfeição das artes e dos homens: Apollo e seu filho *Aesculapius*», in Ribeiro (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 125-130.

¹³ Estudei-o em *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* – Subsídios para o Estudo da Romanização, Coimbra, 1984 [= IRCP], inscrição nº 151 (p. 231-232).

¹⁴ Vide mapa 316 em Milagros Navarro Caballero e José Luís Ramírez Sádaba (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 2003.

junto a Sevilha) (CIL II 1183);¹⁵ que, em Cádiz, um *Quintus Castricius* prestou culto a Hércules Augusto (CIL II 1304) e que, em Écija, também perto de Sevilha, se documentou uma liberta, *Castricia Agathe* de seu nome.¹⁶ Dos *Agrii* – gentílico documentado em Cícero (*Pro Flacco*, 31,5) e em Ovídio (*Epistulae Heroidum*, 9, 153) – há o testemunho de um sacerdote em Faro (IRCP 1); uma *Agria Rufina* na vizinha *Vipasca*, por sinal integrada, pelo casamento, numa família *Valeria* (IRCP 137); em Cartagena, houve uma *Agria Silvana* (CIL II 3503); e, em Alcalá del Rio (também perto de Sevilha), *Agria Ianuaria* é identificada como *sacerdotia Ilipensis* (HEp 11 2001 443).¹⁷

A análise da distribuição geográfica dos testemunhos destas três famílias – a *Valeria*, a *Castricia* e a *Agria* – sugere, pois, que estamos perante nomes que identificam habitualmente personagens de relevância social. Não se acredita, claro, que todas as pessoas portadoras desses gentílicos pertençam à mesma família; contudo, não é despiciendo verificar como se revela o seu uso, que pode ser indício de estatuto social.

Uma observação mais atenta dos cognomes documentados afigura-se-me também do maior interesse. De facto, continuamos a não encontrar, nos corpora de inscrições disponíveis, mais nenhum testemunho da atribuição do nome *Lucanio*, formado seguramente a partir do gentílico *Lucanius*, relacionável com a Lucânia, província da Itália meridional. De *Paezon*, etimologicamente grego e com o significado de «brincalhão», confirma-se a sua raridade.¹⁸ Ou seja, situamo-nos, sem dúvida, num ambiente de famílias cultas e endinheiradas, pois têm libertos. E a ligação – que desde já parece estreita com a região de Sevilha e do seu território – mais vem corroborar essa ideia, alicerçada, por outro lado, no motivo que poderá estar na origem da homenagem e que ora importa também esclarecer.

Em primeiro lugar, temos dois membros de famílias diferentes, que se orgulham da amizade que nutrem por Gaio Ágrio Rufo. Ora, sabemos que «amizade» é, aqui como noutras zonas do Império Romano, não somente a afirmação de um sentimento mas também – e fundamentalmente! – de um estreito relacionamento social e económico, de clientelismo político até.¹⁹

Depois, a análise antroponímica que ora se fez aponta – quase poderíamos afirmar «claramente» – para um estreito relacionamento entre *Mirobriga* e a região de *Italica*, importante empório comercial, tributário, digamos assim, do rio *Baetis* (Guadalquivir). O comércio por via marítima entre a costa ocidental lusitana e a Bética, na época romana, subindo esse rio, está sobejamente documentado e já Vasco Mantas assinalara que esta “muito interessante” epígrafe de *Mirobriga* poderia ter sido «motivada pelas atividades comerciais e

¹⁵ CIL é a sigla por que se designa o II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de Emílio Hübnér, obra editada em Berlim em 1869 e em 1892 (o suplemento). O número indica o número da inscrição nesse corpus.

¹⁶ Armin U. Stylow et alii, *Corpus Inscriptionum Latinarum II2/5 – Conventus Astigitanus*. Berlim, 1998, inscrição nº 1199.

¹⁷ HEp = *Hispania Epigraphica*, revista publicada pela Universidade Complutense de Madrid, repositório das inscrições que vão sendo anualmente publicadas (aí identificadas pelo nº referido em último lugar).

¹⁸ Dois testemunhos mais na Península Ibérica: CIL II 1386 (em Carmona, junto a Sevilha) e CIL II 4288 (em Tarragona, um sêxviro augustal); sete na epigrafia de Roma, em ambiente predominantemente de libertos (cf. Heikki Solin, *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1, Berlin-Nova Iorque, 1982, p. 767-768).

marítimas do porto de Sines, dependente de *Mirobriga*», até porque – concorda comigo – a «onomástica revela nítidas relações com a Bética, nomeadamente com Sevilha e Cádiz».²⁰

Finalmente, importa ver o que se pode deduzir do facto de Rufo ter sido *adlectus Italicensis*, isto é, adoptado pela população de *Italica* como um dos seus cidadãos de pleno direito. Esta *adlectio* reveste-se de tanto maior relevância quando verificamos que *G. Agrius Rufus* tem origem indígena: o nome do pai, Silo, apesar de latino,²¹ é geralmente conotado com o estrato populacional pré-romano²² e, por outro lado, o modo como vem identificado – através do nome único do pai e não de um *praenomen* latino e com essa indicação após os *tria nomina* – é disso sintoma evidente.

Curiosamente, tal como já referira em 1984 (p. 232, nota 2), conhece-se em Tarragona (CIL II 4227) outro *adlectus Italicensis*, designado como *decurialis allectus Italicam*; ou seja, presumivelmente, esse *Titus Mamilius Praesens*, cidadão inscrito na tribo Quirina, foi chamado logo para exercer alguma magistratura local, uma vez que, na sua cidade natal – *Tritium Magalim* (Trício) –, já exercera todas as funções habitualmente atribuídas a um cidadão: «*omnib(us) honorib(us) in r(e) p(ublica) sua functo*», reza o texto epigráfico. Contudo, o que também chama a atenção é a circunstância de o seu patronímico ser igual ao de *G. Agrius Rufus* – *Silonis filius* –, podendo indiciando, pois, a sua origem pré-romana! É natural que alguém já se tenha debruçado sobre esta coincidência, que merece, com efeito, reflexão e, sobretudo, que nos leva a perguntar:

- Primeiro: porque é que as autoridades de *Italica* cooptaram (digamos assim) um mirobrigense?
- Segundo: porque é que os dois amigos lhe mandam erigir estátua, tendo para isso obtido a já referida como necessária autorização dos magistrados mirobrigenses?

A resposta a ambas as questões afigura-se-nos evidente: a homenagem é feita porque, tendo ido para *Italica* e lá se tendo notabilizado e assumido relevante papel económico-social, ao ponto de ser *adlectus*, os *amici* de *Mirobriga* quiseram recompensá-lo assim dos favores que dele já receberam e, na expectativa, mais irão receber!... Não me espantaria que a homenagem lhe tivesse sido prestada aquando precisamente da concessão da *adlectio*, a cimentar os laços socioeconómicos entre as duas comunidades, de que as famílias *Valeria*, *Castricia* e *Agria* seriam núcleos dinamizadores e influentes.

²⁰

Vasco Gil Mantas, «Navegação, economia e relações interprovinciais: Lusitânia e Bética», *Humanitas* 50 1998 199-239 (referência citada na p. 229). Este autor (ibidem, p. 219) considera, inclusive, que, em *Mirobriga*, «a importância do culto de Esculápio e de Vénus sugere tratar-se de um fenómeno de *interpretatio* de divindades púnicas, que serão Eshmun e Tanit»; essa influência teria Cádiz como intermediário.

²¹

Vide Iiro Kajanto, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.), p. 237, que assinala terem sido encontradas 22 referências só na Península Ibérica, num total de 63.

²²

Vide M^a Lourdes Albertos Firmat, *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca, 1966, p. 207-208: «No está muy claro si es un nombre latino o es la forma asimilada de uno celta. Lo recogemos, inclinándonos por lo segundo, teniendo en cuenta las zonas de aparición de algunos de los hallazgos». Está muito atestado entre a epigrafia da *civitas Igaeditanorum*, por exemplo: ver mapa 279 do citado *Atlas*. Sobre a adoção deste *cognomen* por parte dos indígenas, cfr. Manuel Salinas de Frías y Antonio Romero Pérez, «Onomástica y religión en las provincias de Salamanca y Ávila», *Salamanca [Revista de Estudios]*, 35-36, 1995, p. 21.

Repare-se, por fim, que Rufus é cidadão romano, mas os seus amici são libertos – circunstância que vem na linha do que há muito se sabe: impedidos de se dedicarem aos negócios, devido às funções públicas e administrativas que amiúde exerciam, os senhores entregavam-nos oficialmente aos libertos, pois que deles recebiam, depois, o pleno usufruto.²³

«Caminhos» foi a ideia-base destas Jornadas.

Caminhando, a paisagem assume diferentes coloridos, patrimónios novos o olhar atento vai descortinando e deles dinamicamente se apropria: o rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*) esvoaça agora pelos salgueirais; o castelo é sentinela atenta; o latoeiro resiste na sua faina; a *silene littorea* (alfinetes-das-areias) toda se envaidece vestida de rosadas corolas; e os vestígios romanos aí estão – moedas, cacos, inscrições, hipódromo... – a demonstrar que, séculos afora, Santiago foi caminho trilhado, sim, mas também mansão reconfortante, acolhedora...²⁴

²³

Foi Georges Fabre quem melhor salientou esses «aspectos económicos da relação entre o patrono e o seu libertos», título do livro III da sua obra *Libertus – Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine*, Roma, 1981.

²⁴

Este estudo integra-se no projeto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D nº 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

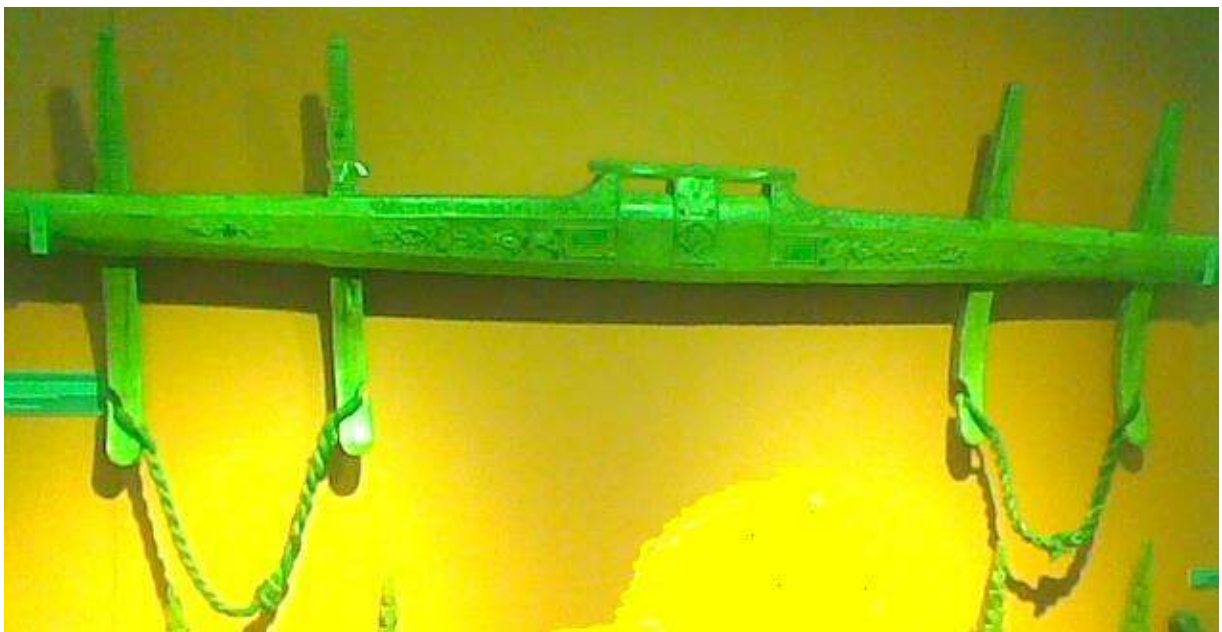


Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8

